



Anais da Assembléia

Nº 69

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 16 DE JUNHO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 63ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 1983.

QUINTA-FEIRA

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1983.

(a) Anibal Khury.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e contínuo sucesso pela inauguração do parque gráfico do matutino "Jornal do Estado", que será levada a efeito às 18 horas do dia de hoje, na pessoa de seu Diretor Presidente, Doutor Roberto Barrozo Filho.

REQUER ainda, officie-se ao referido Diretor, à Rua Dr. Roberto Barrozo n.º 22, nesta Capital, dando-lhe ciência da decisão do Plenário.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1983.

(a) Djalma de Almeida Cesar.

JUSTIFICATIVA:

A inauguração do parque gráfico do "Jornal do Estado" e o início de sua circulação vem a engrossar o rol de veículos de comunicação, que prestam inúmeros serviços à comunidade de nosso Paraná e primam pela veracidade dos fatos apresentados.

Os nomes dos ilustres componentes do quadro diretivo e de redatores do matutino, avalisam, sem qualquer precedente, a lisura e os propósitos do referido órgão de comunicação, que ora se instala em nossa Capital.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER um voto de congratulações pela fundação do "Jornal do Estado".

REQUER, outrossim, após aprovação do presente, dê-se ciência ao referido jornal na pessoa de seu Diretor, Dr. Roberto Barrozo Filho.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1983.

(a) Luiz Alberto Oliveira.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados infra-assinados, líderes do PMDB e PDS, solicitam a antecipação da próxima sessão do dia 17 para o dia 16, após a sessão plenária regimental.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1983.

(aa) Roberto Requião e Luiz Alberto Oliveira.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, José Richa, solicitando-lhe que inaugure no País a participação de fato de uma Assembléia Legislativa de Estado na confecção da peça orçamentária que deverá ser o grande referencial econômico para o Estado do Paraná em 1984.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1983.

JUSTIFICATIVA:

Um orçamento estadual deve abranger ressonâncias globais a nível de Paraná, e é exatamente a Assembléia Legislativa o órgão que sintetiza todas as diversificadas regiões do

Presidência do Sr. Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezí, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, atendidas as formalidades regimentais, a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. Paulo Nadal, membro de tradicional família pontagrossense, ocorrido em data de ontem, naquela localidade.

REQUER ainda, o envio de expediente à família ora enlutada, na pessoa da viúva, Senhora Jacy Côrtes Nadal, à Rua Dr. Colares, 676, em Ponta Grossa, neste Estado.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1983.

(a) Djalma de Almeida Cesar.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos desta Casa, voto de regozijo e aplauso pelo lançamento do "Jornal do Estado", que tem o jornalista Roberto Barrozo Filho, como Diretor.

Sempre que se abre um novo órgão de imprensa, escrita, falada ou televisada, são enriquecidas as instituições democráticas, é mais uma fonte para a opinião pública que se cria.

Desta forma, pretendo transmitir ao experiente jornalista a satisfação com que este Poder vê o surgimento deste novo veículo de comunicação.

Estado através da representatividade política. Em última análise, com relação aos orçamentos propostos pelos governos, o papel do Legislativo é apenas simbólico, pois lhe cabe apenas referendar inventários acabados e praticamente intocáveis. É até mesmo por isso que não se reveste de qualquer motivação mais expressiva o debate sobre orçamentos estaduais, pois que o produto historicamente sempre veio pronto e literalmente despejado de cima para baixo. Ora, o orçamento é o grande termômetro da vida econômica do Estado e, somado ao aspecto técnico, deve ele incluir de fato a sensibilidade do político, para se constituir no suporte legítimo que reflita em plenitude as aspirações básicas do Paraná, e que diferem de região para região.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Banco do Brasil e ao Banestado, solicitando a criação de uma linha especial de crédito para as usinas de açúcar e destilarias de álcool, para que o setor, apesar do grande prejuízo sofrido com as últimas chuvas, possa dar prosseguimento à safra, mesmo com sofrível aproveitamento.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1983.

(a) Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

1. O início oficial da safra de cana, açúcar e álcool, no nosso Estado, deu-se em 1º de maio de 1983, sendo que a grande maioria das usinas mobilizaram-se em contratação maciça de pessoal, principalmente no corte de cana, beneficiando grande contingente de mão-de-obra até então disponível em suas regiões de influência.
2. Com o advento da grande chuva, sem precedente histórico no Estado, as usinas estão tendo que suportar uma paralisação total das atividades, com uma eficiência de apenas 22 por cento na moagem. Além disso, os custos com pessoal e demais despesas de manutenção das fábricas e destilarias permaneceram inalterados, provocando imensa defasagem nos fluxos financeiros.
3. Segundo o Ato número 17 da Presidência do IAA, que distribui quota individualmente de produção no Paraná, considerando 150 dias de safra, o Estado teria que ter produzido, até 31 de maio, 32.000 TM de açúcar e 80.500 m3 de álcool, o que representaria um faturamento da ordem de Cr\$ 16,1 bilhões, quando a produção efetiva no mesmo período foi de apenas 1.728 TM de açúcar e 23.800 m3 de álcool, com um faturamento de tão somente Cr\$ 3,6 bilhões, o que nem de longe alcançou os custos para obtenção de tão inexpressiva produção.
4. Deve-se juntar a tudo isso ainda as perdas ocorridas nas lavouras, onde toneladas de cana permaneceram cortadas e que não puderam ser transportadas dentro do prazo útil para moagem. Nas destilarias, as perdas com produtos fermentados e que não puderam ser destilados, e assim por diante.
5. Assim, como permanece a instabilidade do tempo, há necessidade de ser criada uma linha de crédito especial para as usinas e destilarias, a fim de que possam suportar a defasagem de fluxo de caixa, bem como as despesas de manutenção de safra ou, pelo menos, a antecipação de recursos de custeios agrícolas.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dirigido um apelo ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, ao Sr. Governador do Estado, ao Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool,

ao Presidente do Banco do Estado e Presidente do Banco do Brasil, para que tomem providências urgentes no sentido de ser criada, em caráter de emergência, uma linha de crédito especial para atender usinas e destilarias do Paraná, para que estas possam suportar o ônus da defasagem de fluxo de caixa, bem como as despesas de manutenção de safra - tendo em vista a situação calamitosa criada com as chuvas e enchentes que vêm afligindo todo o Estado.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1983.

(a) Fuad Nacli.

JUSTIFICATIVA:

Oficialmente, a safra de cana, açúcar e álcool no Paraná teve seu início em 1º de maio do corrente ano, quando a maioria das usinas mobilizaram-se na contratação maciça de pessoal, principalmente aqueles desempregados, para procederem ao corte de cana. No entanto, com o advento da grande chuva, sem precedente histórico neste Estado, as usinas estão sendo obrigadas a suportar uma paralisação total das atividades, com uma eficiência de apenas vinte e dois por cento na moagem porém obrigadas a arcar com todos os custos de pessoal contratado e demais despesas de manutenção, provocando imensa defasagem nos fluxos financeiros.

Conforme o Ato número 17 da Presidência do IAA, que distribuiu a quota individualizada de produção do Paraná, considerando cento e cinquenta dias de safra, o Estado teria até o dia 31 de maio, 32.000 TM de açúcar e 80.500 M3 de álcool, o que representaria um faturamento de 16,1 bilhões, quando na realidade a produção efetiva nesse período foi de apenas 1.728 TM de açúcar e 23.800 M3 de álcool, com faturamento da irrisória soma de 3,6 bilhões, valor que não atinge nem superficialmente os custos para obtenção de tão inexpressiva produção.

Acrescente-se aos prejuízos das usinas, já citadas acima, aqueles com perdas ocorridas nas lavouras, onde toneladas de cana permaneceram cortadas, sem que pudessem ter sido transportadas dentro do prazo útil para moagem, bem como as perdas de produtos fermentados que não puderam ser destilados.

Estas, Sr. Presidente, as razões de nosso requerimento, para que se crie, com a maior urgência, essa linha de crédito especial, a fim de que as usinas e destilarias do nosso Estado possam suportar o ônus de emergência e calamidade, evitando que esse setor, que é grande gerador de mão-de-obra, venha a ter que dispensar empregados - o que agravaria ainda mais a situação social.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja construído um grupo escolar no bairro Vila Nova, na cidade de Fênix.

Tal pedido visa atender a uma velha reivindicação do ex-Vereador de Fênix, Sr. Alcides Pereira, feita já no ano de 1976 e objetiva atender ao elevado número de alunos que demandam da zona oeste daquele município.

Hoje, com o crescimento da classe estudantil, reforça-se ainda mais a necessidade da construção daquele estabelecimento de ensino para melhor atender os alunos residentes naquela cidade.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1983.

(a) Rubens Bueno.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário,

encaminhamento de solicitação dirigida ao Excelentíssimo Sr. Coordenador do Mobral no Paraná, no sentido de liberação de verba para a manutenção do Mobral, na cidade de Peabiru.

De iniciativa do Prefeito Municipal de Peabiru, Sr. Nelson Proença, tal pedido se justifica uma vez que atualmente o poder público municipal daquele município, mantém 12 funcionários à disposição do Mobral, gerando uma despesa mensal de Cr\$... ..538.225,00 em folha de pagamento, além do aluguel do prédio onde funciona o Mobral, mais ajudas com material de limpeza, material para cozinha, além do transporte com veículos da Prefeitura para a região.

Levando-se em consideração a grave crise financeira por que passa o Município de Peabiru, a municipalidade não tem condições de manter essas despesas, razão pela qual solicita verba por parte dessa coordenadoria, para que o ensino patrocinado pelo Mobral naquele município não sofra solução de continuidade.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1983.

(a) Rubens Bueno.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de aquisição de uma viatura policial para a Delegacia de Polícia na cidade de Boa Esperança.

Esse pedido visa dar um melhor atendimento ao setor de segurança daquele município que, contando apenas com uma viatura policial, não tem condições de atender a contento todos os casos que venha ocorrer naquela comunidade.

Sendo a proteção de todo cidadão dever básico do Estado achamos ser de boa índole todo esforço dispendido no sentido de dar a todos os membros da comunidade uma segurança compatível, uma vez que através dos impostos recolhidos os municípios têm direito a um atendimento compatível por parte desse mesmo Estado.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1983.

(a) Rubens Bueno.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Dr. Léo de Almeida Neves, DD. Presidente do Banco do Estado do Paraná SA., solicitando estudos para a instalação de agências ou postos de serviços nos seguintes bairros de Londrina: Vila Nova, Jardim Leonor, Jardim Bandeirantes, Vila Casoni e Conjuntos Habitacionais da Zona Norte e, também, no Distrito de Tamarana.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1983.

(a) Márcio Almeida.

JUSTIFICATIVA:

Reveste-se da maior importância o presente requerimento, pois se analisarmos as cidades de Curitiba e Londrina, veremos que o número de agências em relação ao número de habitantes é sensivelmente maior na Capital, que conta hoje com pouco mais de um milhão de habitantes e possui vinte e uma agências em funcionamento, enquanto que Londrina que tem uma população em torno de 400 mil habitantes, conta com apenas duas agências do Banco do Estado do Paraná.

Por outro lado, deve-se levar em consideração que todos os bairros citados no requerimento, além de densamente habitados, possuem um comércio forte e diversificado, o que por si só justifica a instalação de mais agências na cidade de Londrina para atender tais bairros. O Distrito de Tamarana, por sua vez, embora não seja tão populoso quanto os bairros, está

incrustado em uma região agrícola e altamente produtiva, razão pela qual entendemos ser justa a reivindicação dos habitantes de Tamarana, que pedem por uma agência do Banestado, para atender aos seus interesses.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado telex ao Excelentíssimo Sr. Deputado Federal Aroldo Moleta, digníssimo Coordenador da Bancada do PMDB no Congresso Nacional, no sentido de sugerir a apresentação de projeto de lei revogando os artigos 3º e 4º da Lei nº 6994, de 26 de maio de 1982, pelos quais veda aos Conselhos Regionais determinadas aplicações do produto da arrecadação de suas anuidades e determina o recolhimento no final do exercício ao Ministério do Trabalho de trinta por cento do saldo disponível, tendo em vista a inconstitucionalidade e ilegitimidade dos referidos dispositivos, conforme pareceres jurídicos que irão instruir representações aos órgãos competentes.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA: Feita em plenário.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado telex ao Excelentíssimo Deputado Federal Aroldo Moleta, digníssimo Coordenador da Bancada do PMDB no Congresso Nacional e ao Excelentíssimo Deputado Federal Antônio Mazureck, digníssimo Coordenador da Bancada do PDS no Congresso Nacional, no sentido de estabelecer ações concretas para sustar aplicação dos Artigos 3º e 4º da Lei Federal nº 6994, de 26 de maio de 1982, regulamentada pelo Decreto nº 88147, de 8 de março de 1983, pelos quais veda aos Conselhos Regionais determinadas aplicações do produto de arrecadação de suas anuidades e determina o recolhimento, ao final do exercício, ao Ministério do Trabalho de trinta por cento do saldo disponível, tendo em vista a inconstitucionalidade e a ilegitimidade dos referidos dispositivos, conforme pareceres jurídicos que irão instruir representações aos órgãos competentes.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1983.

(a) Adhail Sprenger Passos.

JUSTIFICATIVA: Feita em plenário.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Na forma regimental, o Deputado abaixo-assinado, REQUER que, após ouvido o soberano Plenário, sejam expedidos ofícios ao Excelentíssimo Sr. José Richa, Governador do Estado, e ao Excelentíssimo Sr. Deni Schwartz, Secretário dos Transportes, solicitando que sejam tomadas as providências necessárias para que o asfaltamento da Rodovia Ponta Grossa-Irati, via Guaragi, Valinhos e Teixeira Soares, seja incluído no Plano de Obras Rodoviárias do Paraná para os anos de 1984 e 1985.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1983.

(a) Edmar Luiz Costa.

JUSTIFICATIVA:

A rodovia que liga Ponta Grossa a Irati, passando por Guaragi, Valinhos e Teixeira Soares, serve a uma região que apresenta, atualmente, grande produção de cereais, leite e hortigranjeiros. É uma região marcada pela presença do miniprodutor e que, infelizmente, tem sido marginalizada pelo Governo Estadual.

Além disso, a estrada se constitui em opção única aos moradores daquela região rural que necessitam atingir as cidades de Irati e Ponta Grossa em busca de assistência médico-hospitalar.

Por outro lado, as recentes chuvas demonstraram que o asfaltamento desse trecho rodoviário é inadiável. As interrupções ocorridas no trecho Palmeira-Irati e Ponta Grossa-Barrinha, geraram e estão gerando sérios prejuízos à economia paranaense. Estivesse a Rodovia Ponta Grossa-Irati asfaltada ela se constituiria em importante alternativa para o tráfego de caminhões e automóveis entre Curitiba e Guarapuava.

O asfaltamento dessa estrada é reivindicação antiga das populações de Ponta Grossa, Guaragi, Valinhos, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro e Irati que, agora, esperam vê-la atendida pelo Governo José Richa.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 83/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — A posse no exercício de cargos, empregos ou funções da administração direta e indireta do Governo Estadual, para os quais é exigida qualificação profissional de nível superior, só será efetivada com a comprovação do registro no Conselho Regional correspondente à respectiva qualificação.

Art. 2.º — Em julho de cada ano, os ocupantes dos cargos, empregos ou funções mencionados no artigo anterior deverão comprovar a regularização perante os respectivos Conselhos Regionais junto ao órgão competente da administração estadual a que estiverem vinculados.

Parágrafo único — Os atuais ocupantes dos cargos, empregos ou funções mencionados no artigo 1.º desta lei terão prazo de 30 (trinta) dias, para a comprovação a que se refere este artigo.

Art. 3.º — Os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado deverão anualmente enviar, aos Conselhos Regionais encarregados de fiscalizar o exercício profissional, a relação nominal dos ocupantes de cargos, empregos ou funções para os quais é exigida a habilitação de nível superior.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1983.

(a) Adhail Sprenger Passos.

JUSTIFICATIVA:

O exercício profissional da atividade para as quais se exige habilitação profissional em nível superior é fiscalizada por autarquias do Ministério do Trabalho criadas por legislação federal.

Essa fiscalização fica prejudicada pelo fato de que no setor público nem sempre há correspondência entre a denominação das habilidades profissionais e as nomenclaturas de cargos e/ou funções nas diversas carreiras da administração direta ou indireta.

O uso do diploma de nível superior como condição de ingresso em carreira e respectivos cargos e/ou funções do setor público caracteriza exercício profissional.

A legislação federal determina que o exercício legal da profissão ocorra com base no registro competente junto ao Conselho Regional respectivo.

A falta, ou irregularidade de registro no Conselho Regional respectivo caracteriza exercício ilegal da profissão.

Assim, o presente projeto de lei:

1. Colabora com as autarquias federais cujo objetivo é o de fiscalizar o exercício profissional.
2. Objetiva maior austeridade nos gastos públicos, já que o processo de fiscalização é oneroso para os Conselhos Regionais, que são entidades públicas.
3. Garante maior eficácia na atividade legítima de fiscali-

zação profissional.

4. Garante a eficiência e qualidade dos serviços desempenhados pelo servidor comprovadamente habilitado, colaboram com os órgãos de administração de pessoal do Governo Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, primeiro orador inscrito.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.(Lê).

“Desde os tempos do Império Romano, os conselheiros dos reis já diziam: dai pão e circo ao povo e este jamais se rebelará contra o regime implantado.

De certa forma, tinham razão aqueles conselheiros, pois o povo com a barriga cheia podia sorrir, na maioria das vezes, da sua própria desgraça.

Em nosso País, nos últimos 20 anos, o povo tem circo, mas chora e ri com a barriga vazia. É um povo doente analfabeto ou semi-alfabetizado, sem esperanças, sem vez e sem voz.

As obras faraônicas, as fachadas elegantes, as mordomias palacianas têm sido a tônica desse governo desumano e totalitário.

O setor previdenciário foi onde a incompetência e a corrupção mais se fez presente, levando o Ministério da Previdência à beira do caos administrativo. As medidas tomadas para diminuir a dívida daquele órgão, foram repassadas para os trabalhadores e empresas, que continuam a custear o luxo e as mordomias.

Na semana passada, deflagrou-se um movimento reivindicatório que hoje toma proporções nacionais, por parte de funcionários do Ministério da Previdência, principalmente os ligados às áreas do IAPAS, INAMPS e INPS.

O movimento é justo e merecido. Recebendo um salário aquém de suas capacidades, sem reajuste semestral e sem 13.º salário, esses servidores vêem os seus parcos salários serem engolidos pelo fantasma da inflação.

Quero neste momento trazer a minha solidariedade ao movimento, não uma solidariedade “ex-cathedra” mas como um representante do povo que sente o drama de seus representados.

Se por um lado o movimento reivindicatório é ilegítimo, mesmo não sendo legal, por outro lado, os segurados e beneficiários da previdência social, muitos dos quais se enfileirando às 4:00 ou 5:00 horas da manhã, suportando as intempéries do tempo, buscam um atendimento junto ao INAMPS e obtêm como resposta um “estamos paralisados”. Os segurados da previdência entendem o movimento e nós também no entanto, não podem pagar pelos erros cometidos pelo governo.

Não queremos que nossos irmãos segurados à previdência, venham a tornar, vítimas do abandono e da incompetência governamental em consertar os erros praticados.

Assim é que, desta tribuna, queremos fazer um veemente apelo ao Ministro da Previdência Social, no sentido de que seja negociado, o mais breve possível, um acordo com os servidores paralisados, a fim de que os beneficiários voltem a ter o mínimo de contrapartida, dos descontos que sofrem religiosamente em suas folhas de pagamento.

Esperamos que o Sr. Ministro da Previdência Social, veja o quadro nacional e procure uma vez por todas solucionar o problema não com acordos temporários, mas com uma legislação que garanta um justo salário aos servidores, melhorando destarte, o atendimento aos beneficiários.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr.

Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A primeira vez que eu utilizei este microfone, aqui na Assembléia, foi para falar de um problema grave que estava intranquilizando os motoristas e as empresas transportadoras de cargas na região oeste do Paraná: o problema das balanças.

Hoje, a Comissão de Transportes, Obras Públicas e Comunicações, reunida no plenarinho desta Casa, às 10 horas da manhã, contou com a presença dos mais importantes sindicatos ligados ao setor: Sindicatos de Empresas Transportadoras, Carreiros Autônomos, Transportadores de Combustível; enfim, dos trabalhadores no transportes de todas as categorias envolvidas neste grave problema das balanças.

Recapitulando o que eu disse, Sr. Presidente, Srs. Deputados, naquele meu primeiro pronunciamento, a desarticulação, em todos os pontos, se encontra no governo, verifica-se nas ações do governo. Enquanto o Ministério da Agricultura financiava, através do Banco do Brasil; os graneleiros em todo este Paraná e Brasil, financiando balanças que pesavam o caminhão por inteiro, o Ministério dos Transportes importava balanças que passam a pesar os caminhões por eixo. Ora, a safra de grãos é transportada, hoje, a granel. O estado precário das estradas faz com que as cargas se movimentem, e não têm possibilidade alguma, os carreiros, os motoristas de caminhão, de regular a carga, por eixo, em balanças que pesam caminhão por inteiro e se vêem na contingência de serem multados, diariamente, nas estradas do Paraná, causando grave problema a toda aquela categoria profissional.

Tivemos denúncia, hoje, na nossa Comissão, de que o número de motoristas autônomos vem diminuindo, e as empresas de transporte não podem investir em frotas, para que tenham elas uma ociosidade muito grande fora do tempo de safra. Está sujeito, daqui a alguns anos, não termos caminhões suficientes para transportar a safra agrícola do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, por incrível que possa parecer, esses caminhões são multados multiplamente. O caminhão que sai de Foz do Iguaçu, na primeira balança mesmo que ele tenha o peso total dentro dos limites estabelecidos no Código Nacional de Trânsito, pode, por uma pequena diferença de 40, 50 ou 60 quilos, num eixo, ser multado. Quando chega em Cascavel, na próxima balança, ele não teve oportunidade de movimentar e de acertar a sua carga, porque só quem pesa por eixo, são essas balanças instaladas nas próprias rodovias e ele é multado novamente, aumentando então a multa. Quando chega em Guará, a multa novamente é a ele aplicada; o mesmo acontecendo em São Luiz do Purunã. Isso está fazendo com que se torne impossível transportar nas nossas estradas, levando a carga, o peso que o caminhão consegue, realmente, transportar. E o caminhão, com o elevado preço que tem, não pode andar com carga abaixo daquela necessária para que o motorista possa pagar, no final do mês, sua prestação do caminhão.

Então, hoje reunidos, foi decidido criar uma comissão para, numa semana, participando dessa comissão de pessoas dos diversos sindicatos, tentar elaborar um documento que será enviado ao DNER e ao Ministério dos Transportes. Depois, em agosto, essa comissão se encontrará com a Comissão de Transportes do Congresso Nacional, quando será debatido esse importante problema. Então será pedido, principalmente, que o Governo Federal dê uma tolerância, por eixos, para que possa o Paraná transportar a sua safra agrícola, porque o péssimo estado das estradas é que ocasiona também, a movimentação da carga em granel. Então, é impossível nós admitirmos que possa ser penalizado duas vezes o motorista: primeiro, estragando seu veículo nas estradas em péssimo estado de conservação e, em segundo lugar, ainda ser multado multiplamente pelas balanças instaladas nessas rodovias.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente. Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu devo ocupar o tempo que me cabe nesta tribuna, para abordar alguns outros aspectos deste assunto, que acaba de trazer à consideração dos Srs. Deputados, o meu companheiro de bancada, o Deputado Mário Pereira.

Como membro da Comissão de Obras, cumpri o meu dever de lá comparecer. Mas, eu queria chamar a atenção do Líder da Bancada do PDS, nesta Casa, para o fato de que, lamentavelmente, nenhum deputado do PDS compareceu à reunião, porque os relatos que lá nós tivemos oportunidade de ouvir, foram verdadeiramente estarrecedores, e a ação que nós devemos tomar nesta Casa, devem estar acima das nossas divisões partidárias, porque é inconcebível o estado que existe, hoje, no Paraná e no Brasil, da malha rodoviária. Seria interessante que cada um dos Srs. Deputados tomasse conhecimento.

Já solicitei ao Presidente da Comissão de Obras, Deputado Mário Pereira, que faça chegar à Liderança do PDS o relato que ouvimos hoje e que eu vou, inclusive, se o tempo me permitir, dizer, por exemplo: o Governo Federal pretende implantar, neste País, 73 balanças importadas da Alemanha. A informação que tivemos, pasmem, Srs. Deputados, é que esta importação foi feita em detrimento da tecnologia nacional, e elas não se adaptam às características técnicas do nosso sistema viário; o outro problema, é que não se acompanha essa importação da balança, não se acompanha a devida importação de peças de reposição. E é o que ocorre com a balança de Cascavel, que está parada há algum tempo, por falta de peças de reposição, que precisam ser importadas.

Agora sabemos que pode haver — e eu não afirmo mas isso foi dito lá, hoje de manhã — um interesse geral em deteriorar o sistema de transporte rodoviário de carga, para que possamos, depois, num passo seguinte, conseguir a revogação da Lei número 6813, que como Vossas Excelências sabem é uma lei que dá o privilégio para as empresas nacionais, neste setor das atividades humanas, qualquer que seja o transporte rodoviário de cargas.

Há um movimento — afirmo que não posso provar — para derrogar essa lei, para que as multinacionais entrem nesse setor, para que as multinacionais expulsem as empresas nacionais de transporte rodoviário de carga.

O assunto é extremamente sério, Srs. Deputados, e esta Casa, em uníssono, devia naturalmente, trabalhar para que o Governo Federal se sensibilize, no sentido de não dar um colapso total ao sistema de transporte rodoviário.

E eu diria mais ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pasmem Vossas Excelências, estamos no final do primeiro semestre deste ano; estamos a 16 de junho e até esta data, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Distrito do Paraná, não recebeu ainda a programação que define a alocação de recursos financeiros para conservação das estradas sob sua jurisdição.

Até hoje não saiu a programação da verba destinada ao Paraná, e nem se sabe qual é o montante desta verba no orçamento global da União.

Isto é um descalabro. Isto é um atentado ao próprio Paraná, porque o DER está parado, por não conhecer os recursos financeiros para a conservação das estradas que estão a seu cargo direto.

Aí não estão incluídas, evidentemente, as estradas que estão delegadas ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem.

Mas, Sr. Presidente, isto está acarretando um problema muito sério.

Como se encerrou o meu tempo, Sr. Presidente, este tema é rico de detalhes, e haveremos de ter outras oportunidades de penetração no emaranhado desta questão.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente Sr Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAITO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na noite de ontem, estivemos com o companheiro Roberto Requião, na Igreja de Guadalupe numa concentração dos funcionários públicos federais em greve em nosso Estado.

Tivemos a oportunidade de termos em mãos um contra-cheque de 2 mil cruzeiros, como pagamento de ordenado de um funcionário. Onze categorias de funcionários públicos federais recebem esta insignificância e antes de iniciarmos o nosso pronunciamento queríamos uma vez mais, convidar a Bancada do Partido Democrático Social desta Casa, tão preocupada com a semestralidade do funcionário público estadual, para que se faça presente nas concentrações do funcionário público federal porque é exatamente a semestralidade que eles estão pedindo.

(Lê) Sr. Presidente Srs. Deputados.

Ao longo dos últimos meses as autoridades federais vêm insistindo na adoção de uma política econômica insana recessiva e entreguista, inteiramente subserviente aos apetites insaciáveis do capital financeiro internacional.

Em verdade, cinco meses após a ida do Brasil ao FMI o que se verifica é o aumento brutal do desemprego e do arrocho salarial, o esmagamento do mercado interno a ampliação da capacidade ociosa e da quebra das empresas nacionais a alta da inflação e das taxas de juros, e a entrega, cada vez mais despuerada de nossos recursos nas mãos do imperialismo. Ao invés de avançar e progredir o País regride.

Na verdade apesar dos cinco meses desastrosos, em que vivemos sob o tácio do FMI terem demonstrado de forma límpida e cristalina que a camisa de força da dependência externa precisa ser rompida urgentemente, as autoridades econômicas cegas e surdas ao clamor nacional, acabam de baixar um novo pacote de medidas recessivas e entreguistas diante do qual a devastação sofrida por nossa economia até agora será lembrada com saudades. E não satisfazendo por completo os auditores do FMI, anunciam para o início da próxima semana as medidas complementares que acabarão por arrasar a nossa economia.

A pretexto de combaterem o déficit público para fazer baixar a inflação, as autoridades econômicas impõem o corte dos subsídios do petróleo, do açúcar e do trigo, o que juntamente com a elevação dos juros para a agricultura, acabarão por levar a inflação para a casa dos 200 por cento. Buscando fraudar vergonhosamente a realidade, pretendem expurgar do cálculo do INPC os fatores inflacionários, impondo um arrocho salarial insuportável.

Ainda a pretexto de combater o déficit público, as autoridades econômicas pretendem “eliminar o mal pela raiz”, destruindo ou melhor, entregando as estatais e para tal, é necessário estrangulá-las através de drásticos cortes em seus orçamentos. Assim, as estatais estão condenadas a um estrangulamento de 500 bilhões de cruzeiros em seus investimentos e as despesas da máquina pública serão cortadas em mais de 1,5 trilhões de cruzeiros. Com isso serão paralisadas, levadas à total insolvência as empresas estatais, que representam cerca de 40 por cento da economia nacional para depois entregá-las a preço de banana às multinacionais.

Em outras palavras, preços para cima e salários para baixo entrega do filé mignon da nossa economia, construída pelo esforço de todos os brasileiros as estatais para as multinacio-

nais; maior retração do mercado interno; recessão ainda mais violenta: desemprego; fome e miséria.

É evidente que, com a adoção de medidas tão profundamente antinacionais e antissociais, resta à Nação se preparar para o pior: uma gravíssima convulsão social que, se comparados a ela os recentes episódios de São Paulo parecerão estilhaços inofensivos desta explosão.

Ninguém que tenha o mínimo de sentimento nacional pode se omitir diante desta ameaça. Esta é uma luta de todos os partidos políticos pois é uma luta pela independência e soberania da Nação. Que ninguém justifique a omissão pelos compromissos partidários, pois acima dos partidos está para os políticos os interesses da Pátria.

Em alternativa a este descaminho que só tem beneficiado os banqueiros internacionais; temos o caminho do rompimento com a dependência externa o caminho da moratória da cessação da sangria de nossos recursos para o exterior do controle das multinacionais da reorientação da nossa economia para o mercado interno com ênfase na produção de bens de capital e bens de consumo de massa, da reforma agrária, da superação das disparidades regionais que é o caminho da emancipação e do desenvolvimento do País.

Chegou a hora de fazermos valer a vontade nacional. Todos unidos pela libertação da Pátria e contra o pacote da destruição do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Maia Filho, quinto orador inscrito.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Novamente voltamos a abordar assuntos relativos à nossa região. Os noticiários de um jornal da nossa região, de Apucarana, traz a seguinte nota: “O excesso de pessimismo vai acabar desanimando políticos. O prefeito de Grandes Rios, Edson Silva Lino, do PMDB, passou dois dias em Curitiba, percorrendo Secretarias do Estado, órgãos da administração Indireta e o próprio Palácio Iguaçu, em busca de recursos para o seu município.

Grandes Rios, como se sabe, enfrenta uma série de dificuldades, em decorrência das enchentes. O Prefeito foi obrigado a decretar estado de calamidade pública após somar os prejuízos que ultrapassam a 350 milhões de cruzeiros sem contar a lavoura.

No entanto, o Prefeito de Grandes Rios regressou de Curitiba um tanto quanto desanimado, pois não ouvia de ninguém uma palavra de estímulo e de esperança. Edson Lino não criticou os homens do governo, mas deixou claro que não é com pessimismo que o Estado vai superar esta crise e não é mesmo.

Um outro prefeito da região noroeste, dizia antes de ontem, em Curitiba, que de tanto ouvir falar em crise no Governo, estava disposto a retornar ao seu município e renunciar.

Sr. Presidente Srs. Deputados, tivemos oportunidade de ler e ouvir na entrevista do Sr. Governador do Estado, eleito número 1 do General Costa Cavalcanti para Presidente da República, ontem, na Folha de Londrina em que novamente dizia que não aceita interferência ou co-gestão na SUDESUL quanto à liberação dos malditos dolares em que ele falava durante a sua campanha eleitoral.

Srs. Deputados, ocupamos esta tribuna para combater primeiramente, o pessimismo em que o Governo José Calil Richa vem transmitindo aos Srs. Prefeitos municipais do interior, porque todos eles senão exceção prefeitos de minha região que aqui vêm, aqui batem às portas do Palácio Iguaçu e aos órgãos de administração direta e indireta e não conseguem

nada, apenas palavras de pessimismo para o seu município.

Nos estranhamos nisso tudo, quando o Sr. Governador ocupa as câmeras de televisão, para dizer que precisa da SUDESUL para que o ajude, no estado de calamidade que se encontra o Paraná. E, contrariamente, em outro canal de televisão e em outro programa, disse que não admite a co-gestão da SUDESUL para trazer o vinheiro do plano de Governo, feito pelo engenheiro Saul Raiz e Ney Braga.

É inadmissível a controvérsia do Sr. Governador, que para os momentos que interessa a si próprio, que tragam ao seu governo recursos do Governo Federal. Aí ele aceita a co-gestão da SUDESUL. E hoje, quando os municípios mais precisam e temos o dever legislativo e o dever de cidadão e paranaense, de deixar, inclusive as linhas partidárias e darmos as mãos para atendermos este município.

É com pesar que vemos quando o Sr. Governador José Richa diz que não aceita em seu governo, interferência branca. E é com pesar, quando vemos também um deputado da oposição do partido do PMDB, dizer que o Governo José Richa está infiltrado de comunistas. E, como ficamos, Srs. Deputados? O Governador, o eleitor número um do General Costa Cavalcanti, não aceita intervenção branca no Estado e aceita intervenção comunista — dita por um dos Deputados do PMBD.

Eu lanço a pergunta aos Srs. Deputados e ao Sr. Presidente: onde fica o nosso Estado do Paraná?

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Com a palavra o sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Assembléia do Estado presenciou ontem uma cena cuidadosamente preparada, não sei se propriamente pela Sra. Secretária da Educação ou pela Secretaria como um todo, ou se pelo PMDB, ou se por todos em conjunto. Mas a grande verdade é que pela primeira vez, esta Casa, sentiu, percebeu, a presença de uma torcida organizada neste plenário, que veio aqui com a disposição clara e indiscutível, de apoiar a sua depoente, mesmo nas respostas mais medíocres, que tenha oferecido às indagações mais inteligentes e mais sérias dos Srs. Parlamentares.

Nos ocupamos do assunto, todos nós, evidentemente, e pudemos sentir também a insegurança com que a Sra. Secretária da Educação abordou as matérias aventadas pelo Plenário desta Assembléia. Reconheceu Sua Excelência as distorções claras, nítidas, irrefutáveis realmente, contidas no decreto 455, que prevê, para amanhã, as eleições, entre aspas, para os cargos de direção das escolas públicas do Paraná. Observava um jornalista, ao final da reunião, que até parece que essa é a intenção de desmoralizar o voto, porque o menor que votar amanhã e que depois perceber que o seu preferido ou a sua preferida, um dos dois não teve a preferência do Governo Estadual, mesmo que obtendo a maior votação, há de se perguntar esta criança que se inicia no processo da vida democrática: mas de que vale o meu voto? Por que o meu voto não foi decisivo ou não foi levado em consideração para que o candidato que realmente ganhou seja nomeado o diretor da minha escola?

Esta é uma indagação que fica para reflexão dos Srs. Parlamentares: a dúvida que o menor vai colocar no voto a partir desta eleição de amanhã.

Não me surpreendi, absolutamente, com o pronunciamento feito mais tarde pelo Deputado Nestor Baptista, quando já não mais nos encontrávamos neste plenário, e por duas razões: em primeiro lugar, porque temos a liberdade de "ir e vir". Felizmente a democracia nos confere isso, sem que seja

preciso recorrermos a qualquer "habeas corpus". Em segundo lugar, porque não estamos aqui para ouvir "lições" de uma senhora, que, com todo o respeito, em alguns momentos, nos pareceu profundamente arrogante na discussão, no debate, no diálogo com os Srs. Parlamentares presentes na reunião de ontem. Mais ainda, não posso aceitar absolutamente as infantis acusações feitas pelo Deputado Nestor Baptista, que ao que parece, está disposto a abrir mão, a jogar pela janela, a renunciar dos direitos que tem o parlamentar de legislar. E aliás, incorre num erro muito sério, quando afirma que apresentamos um projeto de lei para o preenchimento dos cargos de direção do Banco do Estado do Paraná, para que aquela "quadrilha" — expressão do Deputado Nestor Baptista — fosse mantida em nossa instituição oficial de crédito.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é bom que se esclareça: este projeto de lei foi aqui formulado, no ano passado, antes do pleito eleitoral, sem que soubéssemos quem seria o Governador do Estado, e mais, nós o fizemos para atender ao princípio da co-gestão e para atender o que diz hoje, exaustivamente, o PMDB, no princípio da participação.

Então não aceitamos, absolutamente, essa acusação infundada, pueril mesmo, contraditória, que nega as evidências que todos nós queremos, marquem e caracterizem o Legislativo dos dias de hoje, o Legislativo dinâmico, ativo e atuante.

Teria outras considerações a fazer, porém deixo para outra oportunidade, dado o esgotamento do meu tempo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Sabino Campos inscrito.

O SR. SABINO CAMPOS — Continua preso, ainda, o jornalista Juvêncio Mazzarollo, enquadrado na espúria Lei de Segurança Nacional, que esperamos ver brevemente revogada.

Queríamos aqui fazer um pequeno reparo nas palavras do nobre Deputado Jorge Amim.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, dizia o nobre Deputado que no Governo José Richa estariam sendo somente atendidos Prefeitos do PMDB. Gostaria de dizer que não concordo com estas inverdades.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. SABINO CAMPOS — No final daremos apartes.

Porque na minha região, onde fui votado, dos seis municípios em que fomos mais votados, quatro estão nas mãos do PMDB, dois nas mãos do PDS. Os dois Municípios do PDS já foram atendidos pelo Governo José Richa. Três deles, do PMDB, também foram, e um tem do PMDB que não foi.

Então, nobre Deputado, eu gostaria que não fossem ditas inverdades neste plenário, que não são a realidade. E, nos meus municípios, aqueles que o PDS está no poder, foram os que melhor foram atendidos pelo Governo José Richa.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência permite um aparte? Um pequeno adendo?

O SR. SABINO CAMPOS — Já falei ao nobre Deputado que no final, se houver tempo, o faremos. Não é este o tema que me trouxe à tribuna.

O Sr. Jorge Maia Filho — Mas apenas um minuto, a título de colaboração.

O SR. SABINO CAMPOS — Pediria ao Presidente que me assegurasse a palavra. Já disse ao nobre Deputado que ao final, se houver tempo, daremos o aparte.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Esta Presidência assegura a palavra.

O SR. SABINO CAMPOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É nosso dever virmos mais uma vez a esta tribuna, não porque fomos citados no pronunciamento de defesa do nobre Deputado Tércio Albuquerque, no dia 05 de abril do corrente

ano, mas porque representamos, nesta Casa, milhares de brasileiros que contribuem com a Previdência Social, trabalhadores que esperam, pelo menos, lisura nos atos praticados pelos seus administradores.

Recebemos cópia da carta que foi enviada pelo ex-Superintendente do INPS, Dr. Maurício de Souza Moura, ao Deputado Tércio, cujo teor tomamos a liberdade de ler desta tribuna. (Lê): "Excelentíssimo Senhor

Deputado Tércio Albuquerque

MD Vice-Líder do PDS

Tendo em vista o pronunciamento de Vossa Excelência, feito da tribuna desta Assembléia no último dia cinco do corrente mês, (Doc. 1), vimos, através do presente, na qualidade de ex-Superintendente do INPS no Estado do Paraná, prestar os esclarecimentos que se seguem.

Preliminarmente, permita-nos Vossa Excelência alguns reparos a respeito do referido pronunciamento, quando afirmou:

"... que, em data de 21/5/79, o ex-Superintendente do INPS no Paraná, no momento em que tomava conhecimento de que o Ministro (sic) da época o demitira (sic) do cargo, protocolizava, na Direção Geral do INPS, um documento-denúncia, acompanhado de vários anexos, em que acusava o Superintendente do INPS de haver assinado referidos Termos Aditivos com datas falsas, além de ocasionar prejuízos financeiros ao INPS".

Não fomos "DEMITIDO" do cargo de Superintendente Regional do INPS do Paraná, como afirmou Vossa Excelência, e sim, EXONERADO.

A demissão é um tipo de penalidade, conforme dispõe o artigo 201, item V, complementado pelo artigo 207, da Lei 1711, de 28/10/52 (Estatuto dos Func. Publ. Civis da União) e jamais sofremos em toda nossa vida funcional, qualquer penalidade. Muito pelo contrário, tivemos inúmeros elogios, inclusive dessa honrada Casa que na sessão plenária do dia 14 de agosto de 1973, por proposta do Deputado Floriano Braga Côrtes, aprovou voto de louvor ao signatário.

Igualmente, não fomos exonerados pelo "Ministro da época", e sim pelo Excelentíssimo Presidente da República, conforme decreto s/n, de 03/05/79 (D.O.U. de 04/05/79).

Por último, quanto às providências adotadas, é preciso que se afirme que é dever de qualquer autoridade, exercer com dignidade, probidade e, acima de tudo, responsabilidade ATÉ o ÚLTIMO DIA o cargo que lhe é confiado. Talvez alguns, preferissem a omissão, a fuga, a conivência, é uma questão de formação de caráter.

Acima dos interesses político-partidários, deve prevalecer o interesse público e dos trabalhadores que com seus parcos salários ajudam a sustentar a estrutura da Previdência.

Adotar ou solicitar providência é um dever da autoridade consciente e responsável. Nada mais estimula a corrupção e a fraude administrativa, do que a fraude e o descaso.

FATOS

Em 01/11/78, o INPS recebeu da Agente de Paranavaí, o Memo Reservado-Urgente número 259 (doc. 01), em que dava conta haver recebido em 19/10/78, dois Termos Aditivos formados pelo Sr. CARLOS ERNESTO CARLBERG, Superintendente do IAPAS, datados de 08/06/78 e 16/06/78, respectivamente, o que PROVOCOU SUSPEITAS. No item 4, do referido memo, aquela Agente indaga se os referidos termos serão considerados NULOS ou não.

Após várias providências e examinados os documentos e as disposições vigentes na época, não tivemos dúvida, e em 23/01/79, exararmos despacho (doc 02), considerando NULOS os referidos Termos Aditivos firmados pelo IAPAS, determinamos ainda a devolução, em parcelas, das importâncias pagas.

Em 25/01/79, através do memo número 08 (doc. 03),

fomos informados de que mais dois Termos Aditivos a Contratos (Teixeira Soares e São João do Triunfo) haviam sido assinados pelo Sr. CARLOS ERNESTO CARLBERG, com indícios de irregularidades.

Em 17/04/79,, através do memo 117 (doc 04), fomos, novamente informados, de que mais dois Termos Aditivos a Contratos (de Matelândia e Planalto) foram firmados pelo Sr. CARLOS ERNESTO CARLBERG, irregularmente.

Face ao exposto, no dia 24/04/79, encaminhamos relatório ao Presidente do INPS (doc 05), (que sugerimos a Vossa Excelência a leitura, a fim de que conheça detalhadamente o ocorrido), dando conta de que consideramos NULOS os Termos Aditivos a Contratos firmados pelo Sr. Carlos Ernesto Carlberg e determinamos a suspensão dos pagamentos que, em apenas cinco processos, atingiu, na época, a importância de Cr\$... 230.000,00. Encerrando aí, portanto, a nossa responsabilidade, uma vez que o envolvido, no nosso entender, pertencia a outro Instituto.

Por último cabe destacar as razões que levaram à prática das irregularidades:

a) Pela Portaria MPAS número 1.125, de 23/06/78, do Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, Nascimento e Silva, publicada no D.O.U. de 30/06/78, as Representações do ex-FUNRURAL até então subordinadas ao IAPAS, passaram à subordinação do INPS, item 5 da Portaria (Doc. 06).

b) pela mesma Portaria Ministerial, foi atribuída à Presidência do INPS a competência para contratar, rescindir, reformular e adaptar contratos, admitida a delegação (item 6 - doc 06).

c) por dua vez, o Presidente do INPC, através da Resolução INPS - 009.1, de 11/09/78, publicada no RS/DG/INPS 113 de 12/09/78, item segundo, conferiu, aos Superintendentes do INPS, as referidas atribuições.

Assim, desprovido, o Sr. SUPERINTENDENTE DO IAPAS, por Portaria Ministerial, das atribuições para contratar, rescindir, etc... contratos a partir de 26/06/78 FEZ RETROAGIR as datas à época em que tinha competência, burlando, desse modo, a Portaria Ministerial, por razões e interesses que desconheço e que não cabe, no momento, perquirir.

As irregularidades praticadas estão suficiente e exaustivamente comprovadas, não há qualquer dúvida, a própria Comissão de Inquérito designada, conforme Processo IAPAS/DG número 1.039.751/81, citado em seu pronunciamento, RECONHECE AS IRREGULARIDADES praticadas pelo Superintendente do IAPAS, Sr. CARLOS ERNESTO CARLBERG, mas que, segundo a Comissão, FORAM PRATICADAS NO INTERESSE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, o que nos deixa, evidentemente, perplexos.

SERÁ A VOLTA DOS TEMPOS DE ROBIN HOOD.

Curitiba, 19 de abril de 1983.

Atenciosamente

(a) MAURÍCIO DE SOUZA MOURA

P.S. Cópia para a Liderança do PMDB".

Continuando nosso pronunciamento...

O Sr. Tércio Albuquerque - Como continuando?

O senhor leu uma carta minha. O senhor usurpa uma carta que veio dirigida a mim, que eu não recebi. Lê da tribuna e não me dá o direito de responder? O senhor não é correio. O senhor deve ter tirado da portaria esta carta. Sr. Presidente, solicito de Vossa Excelência tomar providências no correio da Casa, pois estão entregando cartas minhas a outro Deputado. O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) Esta Presidência assegura a palavra ao orador que está na tribuna.

O SR. SABINO CAMPOS - Continuando nosso pronunciamento. Quanto às irregularidades ocorridas, as assinaturas com datas falsas, no caso dos termos aditivos, a carta está bem explícita e os documentos comprovam as fraudes.

Temos a impressão de que agora, o Deputado Tércio Albuquerque ficou convencido dos fatos reais e as informações que lhe foram enviadas pelo Superintendente do IAPAS, são tão falsas quanto as datas dos termos aditivos.

Nobre Deputado, eu pediria que me deixasse terminar. O Sr. Tércio Albuquerque O senhor só sabe acusar, nobre Deputado, e não me dá o direito de responder. Cada vez que falei sobre esse assunto, eu lhe dei os apartes, que o senhor me pediu, Deputado. O senhor violou uma correspondência minha. O senhor está lendo da tribuna uma correspondência que eu não recebi, Sr. Deputado.

Eu não recebi a original, então é metirosa esta carta.

O SR. SABINO CAMPOS — Continuando, Sr. Presidente.

“Com relação à locação do imóvel para a instalação da Agência da Previdência Social em Toledo, levandade consumada doze dias antes das eleições, que o denunciado CARLOS ERNESTO CARLBERG, através do Deputado Tércio, prestou “esclarecimentos de meridiana clareza”, continuamos a entender que o administrador público deveria praticar atos de completa limpidez, principalmente quando se trata do dinheiro que é retirado do bolso do trabalhador. Estamos convencidos que esta eclipsada transação continua nas trevas.

Outro tópico que o nobre Deputado Tércio de Albuquerque gentilmente, de sua tribuna, deu explicações, foi o caso das contratações SEM CONCURSO PÚBLICO, feitas pelo SUPERINTENDENTE DO IAPAS, dos FILHOS E PARENTES de seus diretores, incluindo entre os beneficiados dessa imoralidade, sue próprio genro e sobrinho. Não acreditamos que atos como estes encontrem respaldo na dignidade de qualquer administrador público. Só o Dr. CARLBERG é que não mediu a torpeza da sua atitude ao contratar a PARENTELA, em detrimento dos concursados que aguardam sua vez para ingressar no serviço público. Este mandato que nos foi legado por milhares de brasileiros, estará sempre a serviço da moralidade, para que os bons costumes encontrem guarida na administração pública. Esteja certo, nobre Deputado Tércio, que desta tribuna permaneceremos vigilantes contra a corrupção no serviço público, e jamais faremos uso desta honrosa tribuna para defender falcatruéis.

Com relação às fraudes praticadas pelos subordinados do Dr. CARLBERG, em Foz do Iguaçu, sua cidade, nobre Deputado Tércio Albuquerque, a origem dos dados tiveram início com a denúncia dos lesados à SUPERINTENDÊNCIA DO IAPAS EM OUTUBRO DE 1978, e não pela “carta anônima encaminhada ao então Ministro Jair Soares”. Como vê, Deputado Tércio, faltaram autenticidade nas informações que lhe prestaram. Os falsários lhe enviaram informações adulteradas.

Para comprovar nossas afirmações, trago ao conhecimento desta Casa a seqüência dos fatos.

OUTUBRO DE 1978

a) o famigerado caso das assinaturas do Sr. Carlos Ernesto Carlberg, em “Termos Aditivos” com datas falsas;

b) Subordinados do Dr. CARLBERG (seguindo o exemplo), retiraram do Banco Bandeirantes S/A agência de Foz do Iguaçu, importâncias depositadas para o BNH, FGTS, com documentos e assinaturas FALSAS

NOVEMBRO DE 1978

a) as irregularidades nos casos de “Termos Aditivos” vinham à tona;

b) as irregularidades no caso de “Foz do Iguaçu” também emergiam.

ABRIL DE 1979

a) O Superintendente do IAPAS, CARLOS ERNESTO CARLBERG, que já vinha sendo investigado pela prática de

irregularidades, era denunciado na Direção Geral do Instituto.

b) A Superintendência do IAPAS não restou outra alternativa, acertou com os fraudulentos de Foz do Iguaçu suas transferências para Santa Catarina, ficando desta forma o caso encerrado.

JANEIRO DE 1980

Por determinação expressa do então Ministro da Previdência, é que o Sr. Superintendente CARLOS ERNESTO CARLBERG instaurou sindicância das fraudes praticadas em 1978. A Superintendência do IAPAS teve que desengavetar as denúncias ocultas em seu poder há mais de 460 dias.

NOTA:

O sindicante, segundo os autos do Processo (Proc. IAPAS/DG número 1.025.465/80), foi o funcionário Pierci de Lemos (muito amigo dos envolvidos) que o advogado dos indiciados o considerou “PARCIAL” o que, na seqüência dos atos... e fatos..., lhe valeu a nomeação para altos CARGOS DE DAS (Direção e Assessoramentos Superiores), indicados pelo Superintendente CARLBERG. Este mesmo Diretor-sindicante, recentemente, teve sua filha contratada pelo IAPAS — SEM CONCURSO PÚBLICO.

Faltam ainda alguns detalhes, por exemplo: O Dr. CARLBERG indicou um vogal e mais a SECRETÁRIA para compor a Comissão de Inquérito, que foi presidida pelo “AUSTERO” assessor do Ministro. Portanto, armado o palco, a comédia foi encenada, mais uma “AÇÃO ENTRE AMIGOS” estava oficializando a fraude no serviço público.

Só por estes fatos que comprovamos restam ao Dr. CARLBERG, três opções: é OMISSO, CONIVENTE, ou então, INCOMPETENTE.

Finalizando, Sr. Presidente, é bom lembrar a asserção de “Jeremias Benthan” — “Os efeitos da impunidade são mais nocivos do que a consequência do próprio delito”.

E, desta forma, a corrupção vai proliferando. No IAPAS os Inquéritos Administrativos transformam-se em “AÇÕES ENTRE AMIGOS” e por vezes até distinção recebem os corruptos.

Enquanto isso, continuam os funcionários públicos federais e também da própria Previdência Social fazendo greve, para conseguir aumento semestral em seus vencimentos.

Isto nos preocupa bastante, e apoiamos sempre que a corrupção for acobertada e as coisas que realmente são necessárias, não são feitas neste País.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Tércio Albuquerque, conforme a solicitação.

O Sr. Tércio Albuquerque — Nobre Deputado Sabino Campos, antes eu gostaria de levar ao conhecimento desta Casa que não recebi esta correspondência. Vossa Excelência deve ter ficado, para o seu uso, com uma correspondência minha. Indvidamente, Vossa Excelência usa o que é meu, para ler da tribuna, para que eu tome conhecimento em público.

Isso é violar.

Eu não recebi e quero até que o Sr. Presidente tome providências para saber se esta correspondência chegou à Casa por vias dos Correios e Telégrafos e que eu não tomei conhecimento da correspondência que é minha, não é do Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS — Nobre Deputado, depois eu justificarei como chegou às minhas mãos.

O Sr. Tércio Albuquerque — Estou com a palavra, Sr. Deputado.

Vossa Excelência faz a defesa de im cidadão que eu não conheço, que eu não acusei, apenas em um pronunciamento meu, citei o seu nome, não o acusando. Vossa Excelência não prova que eu acusei este cidadão, eu não costumo acusar conforme Vossa Excelência faz, acusa e não prova nada, tudo é balela que Vossa Excelência falou aí, e Vossa Excelência sabe disso,

Vossa Excelência está sendo um boquierto, transmitindo o que os outros lhe dizem, sem ter uma prova concreta.

Agora quero dizer a Vossa Excelência, que desejo receber o que é meu, esta correspondência.

Virei à tribuna desta Casa, depois de analisar esta correspondência, responder a Vossa Excelência tudo o que se falou aí, não só sobre a correspondência, mas o pronunciamento acusatório que Vossa Excelência fez à minha pessoa.

Vou dizer a Vossa Excelência, eu não criei fortuna às custas do Banco do Brasil, criando empresas para dar assistência a colonos e que isso era acerto com o Banco do Brasil, Vossa Excelência deve saber desses assuntos porque eu não sei, só vou dizer que no dia em que lhe provar que dou cobertura a algum corrupto, Vossa Excelência não vai me ver mais aqui, eu não costumo fazer isso.

O meu título, o meu mandato de Deputado foi conquistado, Sr. Deputado, desde a base da raiz como Vereador, como Prefeito Municipal, como Presidente e Secretário de partido e Deputado por duas vezes, sempre crescendo a minha votação, não foi às custas de erário público, não foi às custas de nenhum grupo econômico que me apoiou.

Desafio a qualquer grupo, que diga que meu dinheiro para a campanha, e o próprio Governo que deixou o Estado, se me ajudou com alguma coisa.

Vossa Excelência não vai ouvir mais nada deste Deputado na tarde de hoje, porque não tenho em mãos o que é meu, porque esta correspondência, se veio destinada a mim, eu tinha que tomar conhecimento dela antes de Vossa Excelência ler da tribuna, ou Vossa Excelência devia ter tido, pelo menos, a educação de me dar uma cópia antes de ler esta carta.

Vossa Excelência me perdoe se fui agressivo, mas fui bastante atacado por Vossa Excelência, por coisas que não devo, e esse seu Maurício, que escreveu esta carta aí, deve ser algum louco que tem por esse Paraná a fora.

O SR. SABINO CAMPOS — Meu nobre Deputado, gostaria só de comunicar-lhe que se o nobre Deputado tem o vício de ver as correspondências dos outros, eu, particularmente, não tenho.

O Sr. Tércio Albuquerque — O senhor está lendo correspondência minha, que eu não recebi. Eu não recebi essa correspondência que o senhor está lendo. O senhor violou a correspondência.

O SR. SABINO CAMPOS — Sr. Presidente, peço que me assegure a palavra.

Nobre Deputado. A quem foi mandada esta correspondência? (Lê):

“Excelentíssimo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, Mui Digno Líder da Bancada do PMDB.

Prezado Senhor:

Em anexo encaminho a Vossa Excelência, cópia da carta enviada ao Deputado Tércio Albuquerque, autor do pronunciamento feito no dia 5 do corrente mês. Fique Vossa Excelência autorizado a fazer uso da presente.

Curitiba, 19 de abril de 1983.

Atenciosamente,

(a) Maurício de Souza Moura”.

Se não chegou às vossas mãos, nobre Deputado, não admito que o nobre Deputado venha me acusar de ter violado a sua correspondência, porque não costumo fazer como muita gente do PDS faz.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência vai provar isso.

Vossa Excelência violou correspondência minha, porque eu não a recebi.

O SR. SABINO CAMPOS — Peço que me assegure a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Esta Presidência lhe

assegura a palavra.

O SR. SABINO CAMPOS — Como chegou a correspondência em minhas mãos?

Se não chegou às suas mãos, nobre Deputado, a culpa não é minha. Isso aqui foi remetido pela própria pessoa que remete a nós. Cabe a Vossa Excelência, você me acusou, você me acusou de eu ter violado a sua correspondência, que eu faltei com a ética, mas se mandam uma cópia para mim, eu subentendi, 19 de abril para 16 de junho, que Vossa Excelência já teria recebido há muito tempo. Se não recebeu, a culpa não cabe a mim, nobre Deputado.

O Sr. Tércio Albuquerque — Deputado, desafio a qualquer pessoa, a provar que recebi essa correspondência.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença, neste Plenário, do ex-Governador, ex-Deputado e Presidente deste Poder, João Mansur.

Consulta à Liderança do PMDB, se quer fazer uso do espaço que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Segunda-feira passada, no programa “Compromisso com a verdade”, no Canal 4, se deu uma estranha conjunção de interesses. Dois trêfegos peralvilhos se associaram na tarefa de me detratar: um, simulacro de jornalista; outro, parlamentar irresponsável.

Não pretendo levá-los à barra dos tribunais, pois aprendi que as crianças, os santos e os pobres de espírito não podem ser julgados pelos padrões normais da sociedade. As crianças, e os santos, porque são puros e inocentes; os pobres de espírito, porque são irresponsáveis, e deles será o Reino dos Céus.

No entanto, não posso abrir mão do direito de resposta.

No mesmo espaço, no mesmo programa, e com os mesmos jornalistas.

Estou aguardando por parte do proprietário do canal de comunicação, Dr. Paulo Pimentel, o convite para responder as estrepolias das quais eu fui a vítima.

E se o faço aqui, desta tribuna, é porque este é o meu instrumento de trabalho e comunicação cedido por mandato popular.

Hoje, no entanto, a minha intervenção tratará da polí-toca de cultura do Secretário Fernando Ghignone. E dedico esta intervenção à competente Bancada do Partido da Minoria, que agora tem nas mãos o livrinho de diretrizes do Governo Richa, se converteu em intransigente fiscal do programa do PMDB.

Fazer dos meios culturais meros reprodutores das idéias de quem está no poder é por em prática a filosofia do nacional-socialismo. Usar a cultura para satisfazer aos caprichos e aos egos dos poderosos e seus sátrapas, é perpetrar a infame política da perpetuação do elitismo. Transformar casas de cultura em monastérios de iniciados, é lesar a todos aqueles que contribuíram para a sua edificação. Dar lazer ao povo como César deu circo aos romanos, é reconhecer a própria incapacidade de caminhar com o povo, lado a lado, pela mesma trilha.

Essas frases, Srs. Deputados, não são de nenhum filósofo eminente ou de qualquer político ilustre, mas são verdades que brotam como o trigo nas democracias.

O elitismo e a segregação cultural se transformaram em fatos, especialmente em nosso Estado, durante os últimos 18 anos, pois encontram o terreno ideal para vingar.

No fundo, são idéias que ajudam decisivamente, a exterminar os regimes despóticos, porque estes não sobrevivem sem a completa dominação.

Portanto, tornam-se frágeis quando perdem o domínio cultural. Por que Hitler fazia dos livros uma fogueira? Por que o ditador Stroessner colocou sua polícia para controlar as bibliotecas do Paraguai? Por que Pinochet considera subversivas

pessoas e obras que pregam a democracia?

Se almejamos uma verdadeira democracia, estamos apenas a meio caminho. A democracia, é, ou não é. Precisamos com urgência sepultar a política do elitismo, abrir as portas dos monastérios e caminhar pelo povo na mesma trilha. Sem democracia econômica não há democracia política, sem democracia cultural não existe democracia social.

Governar o Estado democraticamente, como determina o programa do PMDB, é concretizar as mudanças em todas as áreas. Na verdade, o programa de nosso partido já está ganhando efetivamente os seus contornos básicos.

No âmbito cultural, tema deste pronunciamento, o plano de ação da Secretaria de Cultura e Esportes do Estado do Paraná o demonstra claramente.

Quando um Secretário elaborou no Estado do Paraná um plano global de trabalho, com a participação de diversos segmentos da comunidade? Quando, senhores Deputados, os colaboradores de Ney Braga, no governo passado, por exemplo, abriram as portas de suas Secretarias para saber o que a comunidade estava querendo?

O primeiro ato do Secretário Fernando Ghignone, foi elaborar um plano aberto às sugestões e às modificações, não uma verdade imposta como sempre ocorreu aqui, mas sim, um plano aberto à comunidade. Mudar é isso. O melhor remédio contra o elitismo, é a democracia participativa. Descentralizar as atividades da Secretaria da Cultura e Educação, de forma a incentivar as expressões próprias de cada comunidade, para atender seus interesses e necessidades; popularizar as atividades da cultura, esporte e turismo, para os diversos segmentos da sociedade, respeitar as características heterogêneas das comunidades, na participação do processo sócio-cultural, criar condições para o afluente e incentivo e inventário de diversas manifestações de cultura, esporte e turismo, estimular, apoiar e difundir a produção cultural de artistas, técnicos, cientistas, e desportistas do Estado, viabilizando, para tanto, condições técnicas e financeiras.

Estes, são pontos globais do plano de ação da Secretaria de Fernando Ghignone — só para citar alguns, norteados pelos princípios do programa do partido.

Democracia, Senhores Parlamentares, é isso. Este espírito está no Projeto de Implantação do Grêmio Esportivo Cultural e Comunitário, que deverá constituir-se numa das atividades mais importantes da Secretaria. Repito: uma das mais importantes, porque estes grêmios, serão um meio através do qual toda a comunidade poderá se manifestar cultural, esportiva e civicamente, participando de forma mais direta, do processo decisório.

Os grêmios deverão ter, como ponto de apoio e instalação física, a escola do bairro, e serão tantos, quantos forem necessários.

O Secretário Ghignone e sua equipe estipularam alguns critérios para instalar esses grêmios: que sejam situados em estabelecimentos de ensino estadual ou municipal; que este estabelecimento tenha proeminência no seio da comunidade; que a comunidade seja a mais homogênea possível e substancialmente populosa; que o estabelecimento do ensino disponha de uma quadra polivalente ou espaço físico, para a sua instalação, que haja concordância e aquiescência da direção do estabelecimento, da Secretaria ou das Prefeituras; o grêmio terá administração própria e suas atividades, desenvolvidas nos dias livres, isto é, nos feriados, fins-de-semana, férias, possibilitará o íntimo relacionamento entre Prefeitura e Secretarias como, Educação, Saúde, Bem Estar Social e outras, além outras, ocasionalmente; o grêmio será, em suma, mais um canal de participação e debate, da comunidade.

Democracia se faz assim. Concretiza-se na prática.

Na Coordenadoria do Patrimônio Cultural, o Secretário Ghignone e sua equipe estão organizando e capacitando grupos,

para pesquisas sobre o Patrimônio Histórico e Cultural, a fim de que se realize o exaustivo e sistemático levantamento de nosso acervo. Este mesmo espírito de equipe e integração, rege as Coordenadorias de Ação Cultural e Comunicação Social.

Nesta última, uma das prioridades é a reestruturação e recolocação do Museu da Imagem e do Som que, durante o Governo anterior, ficou "jogado às traças", aliás, "ficaram jogados às traças", museus.

Vejam, Srs. Deputados, o absurdo. Os museus, memória latente do povo, estavam abrindo somente no horário comercial e fechando nos fins-de-semana; deixar museus abertos nas horas em que praticamente todo mundo está trabalhando, e fechá-los nos momentos de folga e lazer, da comunidade, é uma demonstração de incompetência e a confissão da política elitista.

Quem poderia visitar estes museus, senão os que não precisam trabalhar, ou seja, os que vivem graças ao trabalho alheio.

Na Coordenadoria de Esporte, para citar apenas alguns pontos do plano do Secretário Chignone, ressaltamos a reestruturação do poder do conselho estadual de esportes amadores, a realização de estudos para criação da fundação de apoio ao esporte amador, a promoção de competições inter-polos para a formação de equipes de alto nível, visando a participação estadual em competições nacionais e internacionais.

Para não me alongar mais, estas são apenas algumas prioridades da SEEC. Como fica evidente, mesmo para aqueles que não querem ver o verdadeiro valor da cultura e do esporte, está na sua íntima integração com a comunidade. Democracia e participação é isto, e tenho a plena certeza de que o trabalho do Secretário Chignone e sua equipe tem por fim a construção do nosso Paraná.

Por isso faço minhas as palavras de um filósofo, infelizmente anônimo do Século XIII: "A História não deixa nada a meio e atravessa muitas fases quando quer levar uma velha forma social ao túmulo. A última fase de uma fase histórica é a sua comédia, — comédia como a que assistimos no Brasil, no Paraná e em Curitiba nesta fase de abertura, a farsa bufa do anti-comunismo. Os deuses da Grécia traficadamente feridos de morte pela primeira vez, no "Prometeu Acorrentado", de Ésquilo vieram a sofrer uma segunda morte, cômica, nos "Diálogos", de Luciano.

Por que este caminhar da História? É para que a Humanidade se separe alegremente do seu passado."

Com a mesma alegria que eu aceitei o convite do Canal 4 quando me for formulado, para responder às traquinagens e à ridícula armadilha preparada para confundir a opinião pública.

Muito obrigado, Senhores Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência consulta se a Liderança do PMDB usará o restante do seu horário?

O SR. ROBERTO REQUIÃO — A Liderança do PMDB abre mão do restante do seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Presidência consulta à Liderança do PDS se fará uso do seu horário?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Fará uso, Senhor Presidente, o decano dos parlamentares nesta Casa, o ilustre Deputado Francisco Escorsin.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas. (Lê):

"Parlamentar decano que sou deste Poder Legislativo, atingindo já a sexta Legislatura, embora não utilize com frequência pronunciamentos nesta tribuna, quer por recomendações médicas, quer por razões diversas, entre elas, por sentir que quase sempre distorções são feitas, gerando às vezes desnecessárias polêmicas.

TODAVIA, na circunstância vivida, diante das dificuldades inacreditáveis em que nos deparamos, O DEVER DE CONSCIÊNCIA OBRIGA-ME a tecer comentários, analisar situações, a proferir críticas construtivas e conseqüentemente formular apelos veementes, para que nós, representantes da coletividade, possamos alcançar o objetivo comum de sermos úteis, de corresponder à confiança em que o honrado povo paranaense em nós depositou.

São estas as nossas primeiras palavras, de saudações efusivas aos novos e ilustres membros integrantes do Poder Legislativo do Estado. AO ACOLHÊ-LOS COM SIMPATIA e amizade, sem distinção de coloração partidária, queremos e desejamos manifestar a Vossas Excelências o vivo desejo de que, em toda a Legislação, se possa sustentar o clima de entendimento e harmonia entre todos.

TEMOS O DEVER DE PENSAR e agir sempre em função dos altos interesses da tão sofrida população paranaense, e sabemos que jamais faltarão nesta Casa, o espírito de colaboração quando em jogo os interesses de nosso Estado e de nossa querida Pátria.

SE HOJE RESPIRAMOS O AR DA DEMOCRACIA, devemos e precisamos reconhecer que se deve creditar a esforço gigantesco do atual Presidente João Baptista de Figueiredo, que soube compreender as aspirações populares, e decidiu que a abertura democrática se concretizasse, esta abertura democrática que embora ainda parcial, consistiu na anistia do chamado CRIME POLÍTICO, COM A REIMPLANTAÇÃO DO PLURI-PARTIDARISMO e livre imprensa, com as eleições diretas para Governador e com a garantia de posse aos que se elegebam sob as legendas partidárias da Oposição.

EXILADOS POLÍTICOS retornaram e muitos deles estão exercendo mandatos eletivos, quer no âmbito federal, estadual e municipal, e o povo livremente pôde escolher nas urnas os candidatos de sua preferência.

DO REGIME DE EXCEÇÃO IMPLANTADA EM 1964 é preciso que reconheçamos que circunstâncias próprias concorreram para essas conseqüências em virtude de querer se implantar em nosso País, ideologias estranhas aos sentimentos de brasilidade e de cristandade, que ameaçavam nossa nação. Foi a própria coletividade, composta de homens, mulheres, jovens e crianças, que saíram as ruas conclamando e apelando para que os responsáveis pela Segurança da Nação, que são as Forças Armadas, fizessem cessar aquela anarquia, aquela balbúrdia, situação em que os nossos próprios dirigentes nacionais, da época, quer Ministros e Presidente da República prestigiavam a subversão, o anarquismo e a indisciplina nas próprias Forças Armadas.

O SAUDOSO PRESIDENTE CASTELO BRANCO, ao assumir a Presidência da República, no regime de exceção, visava tão somente sanar e corrigir as estruturas básicas de nossa querida Pátria e expurgar os elementos indesejáveis e nocivos, seu desejo sempre foi manifesto era o retorno imediato ao regime democrático em nossa nação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Não resta dúvida que reconhecemos que desde que a abertura democrática se concretizou, com a realização das eleições diretas para Governadores, que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro; pôde conduzir-se com inteligência e habilidade na campanha eleitoral de 1982, pois consumados técnicos com recursos financeiros amplos, fizeram um sábio planejamento e coube ao PMDB, colher então os saborosos frutos da vitória, utilizando de todas as formas imagináveis da promessa fácil, dos milagres irrealizáveis e da demagogia para atingir os objetivos que alcançaram.

NÓS RECONHECEMOS que a alternância dos Partidos políticos no Poder, é a prática mais salutar que o regime democrático consagra pela oportunidade ensejada de novas idéias,

onde renascem esperanças e onde sempre se corrigem eventuais distorções.

CONTUDO ESTA ALTERNÂNCIA DE PODER não pode trair o povo sofrido que acreditou nas promessas dos candidatos e a conduta hoje do Governador eleito, Senhor José Richa, o seu trabalho deve e precisa obedecer às promessas proferidas nos palanques eleitorais. É mister que nós os políticos eleitos, não destruamos a total credibilidade, pois o povo já descrente e frustrado, não mais acredita nas falácias eleitorais que não se efetivaram na eficácia da ação.

É PRECISO, SENHORES DEPUTADOS, que entendamos e compreendamos que a abertura democrática hoje empurrada e agilizada pelo Presidente da República, mesmo parcial, precisa alcançar os objetivos totais com a reforma constitucional, com a reforma parcial do modelo econômico, com a reforma da distribuição das rendas e porque não dizer com a reforma do próprio modelo político, com a substituição do presidencialismo para o parlamentarismo.

É preciso que reconheçamos face os preceitos constitucionais vigentes, que o Presidente da República, ou porque não dizer o Poder Central é detentor de oitenta por cento das rendas públicas que são arrecadadas e conseqüentemente os Estados e os Municípios se tornaram verdadeiros pedintes na esfera federal e de forma alguma econômica e financeiramente não sobrevivem sem ajuda do Poder Federal.

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS, SENHORAS DEPUTADAS.

Reconhecemos e entendemos que erros voluntários e involuntários, muitos deles foram praticados após 1964, onde imperou o regime de exceção, mas é preciso que sejamos justos e reconheçamos que segundo análises econômicas, "O Brasil só é responsável por parte de seu superendividamento, a deterioração dos termos de trocas, a crise inflacionária e o desemprego nas nações industrializadas acabaria por levar as nações em desenvolvimento, importadoras de petróleo, à atual situação de insolvência.

O brutal crescimento dos preços de petróleo, que chegaram a 34 dólares o barril em 1982, com a alta de um e trezentos por cento, foi um dos fatores a contribuir para a deterioração dos termos de troca. De um lado o aumento do petróleo foi muitas vezes acima de reposição do preço atual — mantidos por longos anos artificialmente baixos pelos trustes petrolíferos: e por outro lado, os preços dos demais produtos de exportação não tiveram aumento significativo em seus preços."

É PRECISO E É NECESSÁRIO QUE COM HUMILDADE possamos analisar a situação aflitiva e difícil em que nosso povo vive. O Governo Estadual e nós que representamos o povo neste Poder olhemos atentamente para a gravidade da situação atual, onde impera a fome, a miséria e o desespero, em conseqüência o desemprego, do alto custo de vida, hoje, pelos efeitos climáticos que são as incessantes chuvas, que destruíram a infra-estrutura de nosso querido Estado.

A AGRESSIVIDADE, A INTOLERÂNCIA política, o revanchismo, o egoísmo e a própria vaidade, não engrandece nenhum homem público ao contrário, violência gera violência, revanchismo gera revanchismo.

A ATUAL SITUAÇÃO GOVERNISTA, quer dos que integram este Poder Legislativo e do próprio Governador e seus auxiliares, talvez por frustrações próprias daqueles que assumem o Poder e sonham em solucionar os problemas possíveis e impossíveis, afirmam com críticas costumeiras e sucessivas de que tudo está errado, que a corrupção existia nos Governos passados e não medem palavras ofensivas à própria dignidade humana dos que exerceram cargos e mandatos, e ainda exercem.

MAS, SERÁ QUE TUDO QUE FOI FEITO PELAS ÁREAS GOVERNAMENTAIS desde a época do ciclo do ouro, século XVII (17); do ciclo do tropeirismo, do ciclo da erva-ma-

te, da madeira, do ciclo do café, da soja, da agro-indústria, será que nenhum benefício trouxe à coletividade, Srs. Deputados?

FELIZES DE NÓS SE PUDÉSSEMOS SEGUIR OS EXEMPLOS dos grandes paranaenses, nossos patrícios, que desde o século XVII (17) deram demonstrações de civilidade, patriotismo, sentimentos humanos e cristãos realizando um trabalho de ação extraordinária na colonização, demonstrando heroísmo e patriotismo.

O PMDB, vitorioso nessas eleições estaduais, por intermédio de seus parlamentares, seu Governador José Richa e auxiliares, cometeu um infeliz gesto de ingratidão acusando indiretamente o Líder da Campanha vitoriosa do PMDB, o ex-Governador Jaime Canet; que graças a seu prestígio, força política e apoio pessoal garantiu uma estrondosa e expressiva vitória eleitoral. Diga-se a bem da verdade foi um dos grandes governadores que o Paraná já teve, pelas realizações que beneficiaram todo o Estado e seu povo.

Faltaríamos com o nosso dever de consciência se, desta tribuna, ..."

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu agradeço a atenção de Vossa Excelência e até eu estava a ponto de desistir do aparte, a fim de não interromper o brilhante pronunciamento de Vossa Excelência.

Vossa Excelência raramente vem à tribuna; nesses quase vinte anos que convivemos nesta Casa, eu vi muito poucas vezes Vossa Excelência na tribuna. Mas todas as vezes, abordando assuntos dos mais palpitantes.

Eu tenho evitado, e evitado muito nobre Deputado, falar mal do atual Governo. Porque as eleições foram há pouco tempo. Muita gente, a grande maioria do povo paranaense, votou no PMDB. Eu não quero que digam aqui nesta Casa, como já disseram, que nós estamos frustrados, com "dor no cotovelo", por isto nós atacamos o Governo. E, além disso, a Justiça manda que se dê tempo; que se dê um crédito de confiança, que se acredite que todos os políticos buscam uma coisa só: o bem do povo. Entretanto, tem certas coisas, Srs. Deputados, que não se pode efetivamente engolir. Veja Vossa Excelência o circo que se armou ontem aqui nesta Casa.

Atendendo convite do nobre Deputado Gabriel Sampaio, aqui esteve a Senhora Secretária da Educação. Mas ela veio a esta Casa, apenas para explicar os critérios, de uma eleição que não é eleição, de uma eleição, em que o primeiro lugar, ganha mas não leva.

É evidente que esta Casa, é uma casa de homens civilizados, de homens que têm parcela de responsabilidade, porque representam parcela do povo, é evidente que nós trataríamos bem esta Secretária de Educação.

Mas, parece que ela não confiou muito e trouxe aqui uma "clac" exacerbada de professoras e funcionários que certamente estavam fraudando o povo do Paraná, porque estavam recebendo dos cofres públicos naquele momento e estavam ausentes de suas repartições, aqui a vaiar qualquer intervenção de Deputados desta bancada.

Acho que esta não é a forma de se construir o Paraná, acho que esta não é a forma de dar ao povo aquilo que o povo espera do Poder Legislativo.

No instante em que Vossa Excelência está condenando, realmente, o radicalismo, nós queremos parabenizar Vossa Excelência, porque eu acho que as generalidades, eu disse há poucos dias aqui, ofendem e agredem os homens de bem, porque existem pessoas de bem e existem muitas na bancada do Governo, como existem também na nossa bancada, existem homens sérios, eu disse e repito, no PMDB existem homens sérios no PDS, existem homens menos sérios no PMDB, existem homens menos sérios no PDS. Existem ladrões no PMDB, existem ladrões no PDS.

Agora isso não dá direito a nenhum Deputado do PMDB generalizar, acusações, como fez ontem o nobre Deputado Nestor Baptista, nesta Casa. Deputado, que eu sempre respeitei, que eu tenho uma estima muito grande pela sua atuação, sempre correta, serena, equilibrada, mas que ontem se desmandou.

Então Vossa Excelência aborda efetivamente um aspecto importante, é o radicalismo de posições que se vem verificando, é o revanchismo que se vem verificando de quinze de novembro para cá, ou mais precisamente, na instalação deste período Legislativo.

Eu não quero mais tomar o tempo de Vossa Excelência, porque outras pessoas se inscreveram para apartear-lo, mas quero dar mais uma vez os parabéns a Vossa Excelência pelo brilhante pronunciamento que faz na tarde de hoje.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Erondy Silvério e continuo. Darei aparte aos demais após a conclusão da leitura do meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Continua lendo): "Faltaríamos com o nosso dever de consciência se, desta tribuna, não reparássemos uma injustiça praticada contra os grandes paranaenses, a quem o Paraná muito deve pelo trabalho desenvolvido, tanto na esfera federal como estadual, como é o caso do ex-Governador Ney Braga, a quem acusam de um modo abusivo e embora críticas injustas sejam assacadas contra este grande paranaense Ney Braga, posso declarar bem alto, que feliz do Paraná se tivéssemos uma dúzia de paranaenses com os qualificativos de Ney Braga, pela sua qualidade de Líder político, porquanto os homens que hoje projetam no Paraná, após o período de 1960 foram discípulos da escola de Ney Braga, e posso citar entre eles os ex-Governadores Paulo Pimentel, Jaime Canet e o atual Governador José Richa.

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS, SENHORAS DEPUTADAS.

Nesta hora difícil, nesta hora em que se percebe que o comando político do Excelentíssimo Senhor Governador, não é obedecido por seus auxiliares; porquanto se observam pelas suas entrevistas e pronunciamentos nos meios de comunicação, afirmativas diversas daquelas executadas pelos seus auxiliares, é preciso que o Governador do Estado saiba conduzir a nau com energia e segurança, contra as ondas incertas de um mar furioso.

NESTA HORA DIFÍCILÍMA, não cabe revanchismo, nesta hora não cabem represálias, é preciso que as mãos sejam dadas, de Oposição e Situação para que exista um clima de harmonia entre o Governo Federal e o Governo Estadual.

NOSSA CONTRIBUIÇÃO SERÁ NECESSÁRIA SOB PENA de comprometimento do próprio interesse do povo do Estado do Paraná. Este, o apelo veemente, que lanço aos meus nobres Pares.

É NORMAL E É PRÓPRIO que nesta Casa no início de todas as Legislaturas, a fogosidade da juventude de alguns Deputados que desejam cumprir sua missão, o seu mandato, no entanto, muitas vezes utilizam-se de métodos agressivos, explosivos e prejudiciais ao próprio interesse do Estado e de seu Governador. Não restam dúvidas que temos nesta Casa, representantes do povo, capazes, competentes dignos e honrados e acima de tudo bem intencionados que buscam o melhor para o Estado, mas as paixões políticas, o espírito revanchista, as perseguições, as demissões injustas de funcionários, devem cessar e devemos pensar nos destinos do nosso Paraná e do nosso povo. A inflação galopante, a recessão econômica, o desemprego já previsto para 230 mil paranaenses, se persistir esta situação dramática, porquanto esvaziou-se a zona rural, aumentaram os bóias-frias tanto no campo quanto na cidade. O empobrecimento da classe média é vizível e notória a miserabilidade da classe proletária, pois devido à fome, à angústia, há desespero em todo o País que não é mais dono de si mesmo.

QUAIS SÃO AS NOSSAS ESPECTATIVAS E PREVISÕES?

Tememos que fatos idênticos aos 23 de novembro de 1971, venham a se repetir, onde ocorreu a renúncia de Governador de nosso Estado. Isso afetará o nosso povo e nosso Estado por incrível que pareça o clima daquela época é quase similar aos dias em que hoje vivemos. Situação esta, acredito eu, não ser desejo de nenhum de nós.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

É imprescindível que o Governador Senhor José Richa, com sua experiência política saiba conduzir-se à frente dos destinos do nosso querido Estado, a quem o povo confiou pela sua pregação eleitoral, que precisa e deve ser cumprida, saiba entender e compreender que como governista ou melhor como Governador dos paranaenses, deve e precisa possuir qualificativos indispensáveis, características próprias, de bons governantes. Como: a prudência, a sensibilidade humana e por que não dizer a própria humildade cristã.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

ESTÁ NO CAMINHO CERTO O CHEFE DA NAÇÃO COM SUAS medidas econômicas postas em vigor? — Acreditamos que sim. Pois são raríssimos os brasileiros que não confiam em sua honrabilidade e em sua intenção sadia e patriótica. Não adianta discursos inflamados, agressivos, nem artigos de jornais, o que importa agora é a União nacional, é a conjugação de esforços para a batalha comum de salvação da Pátria e do nosso querido Estado.

NÃO VAMOS CAPITULAR nem perder as esperanças. Temos que seguir uma estratégia que todos participem, cada qual no seu dia a dia, conscientes de que estamos atravessando dias difíceis. Mas vamos chegar ao outro lado e conhecer dias melhores, graças ao esforço de agora.

A EXPLORAÇÃO DA CRISE ECONÔMICA e do pessimismo costumeiro são as armas dos inimigos da democracia, espero que todos que sejam governantes, políticos, empresários e trabalhadores somemos o imenso potencial de nossa gente. Vamos juntos, unidos com a participação de todos, desenvolver uma plataforma econômica e capaz de apoiar solidamente nosso avanço democrático. A nossa conclamação construtiva ao Governador José Richa, para que saiba comandar sua equipe de trabalho, com a escolha de homens capazes, honrados, em todos os setores e homens que conheçam e sejam sensíveis aos sentimentos humanos.

A NOSSA CONCLAMAÇÃO É EXTENSIVA PARA QUE NÃO HAJA discriminação, como está havendo com os Prefeitos eleitos sob a legenda adversária do PMDB, aos Prefeitos, reclamamos igualdade de tratamento pelo Governador, assim como o Governador José Richa quer ter do Presidente João Baptista de Figueiredo.

O RESPEITO MÚTUO DEVE SER A TÔNICA ENTRE GOVERNO: Municipal, Estadual e Federal numa recíproca verdadeira. Se acontecer este entrosamento no Governo, houver conscientização dos problemas agudos que nos afligem, a partir do momento que os interesses coletivos se sobrepõem aos interesses de indivíduos e de grupos, a união de todos estará à vista. Poder-se-á falar em democracia propriamente dita.

NINGUÉM SE ATREVERÁ A COMBATER OS QUE COM devotamento e honestidade de propósitos, lutam pela causa de redenção de nosso Estado, nossa Pátria e de nosso querido e estimado povo. Urge que nos engajemos como se em plena guerra estivéssemos contra o inimigo externo; na campanha da recuperação econômica e financeira do Brasil e do Paraná.

NAO DIVIDAMOS FORÇAS, porém somemos esforços, para o bem do povo, "desse povo", que confiou em nossa capacidade e tino administrativo.

SEJAMOS PATRIOTAS, antes de tudo, o futuro do Brasil e do Paraná depende do esforço de cada um de nós. Sem interação jamais haverá perfeita comunicação. Pelo Paraná e pelo Brasil todos nós somos responsáveis..."

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19/83, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NOVA ESPERANÇA", com sede no referido município. Com Parecer CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 48/83, (ex-Proposição n.º 46/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Santa Terezinha do Itaipu com interveniência da SUDESUL, e objetivos que especificam. — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 149/82, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE CULTURA E SOCIAL ANJOS CUSTÓDIOS", com sede em Marialva. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 18/83, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que retifica as divisas e confrontações descritas no artigo 1.º da Lei n.º 7.576, de 12 de maio de 1982. (MUNICÍPIO DO TURVO). Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Nadal, ocorrido no dia 15 do corrente, no Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de regozijo e aplauso pelo lançamento do "Jornal do Estado". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Roberto Requião e Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líderes do PMDB e PDS, constante do expediente, solicitando a antecipação da próxima sessão do dia 17, para o dia 16, após a sessão plenária regimental. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 12/83, que estabelece redução sobre multas, juros e correção incidentes sobre as contribuições em atraso para o IPE e CPFJ. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo que as diretrizes orça-

mentárias para 1984, sejam previamente encaminhadas à Assembléia Legislativa do Estado, para discussão e assimilação de propostas também a nível de Parlamento. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando voto de congratulações e contínuo sucesso pela inauguração do parque gráfico do matutino "Jornal do Estado". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Banco do Brasil e BANESTADO, encarecendo a criação de uma linha de crédito para as usinas de açúcar e destilarias de álcool e Açúcar do Paraná - ALCOPAR. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministro da Indústria e Comércio, Governador do Estado, Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, Presidente do Banco do Estado e Presidente do Banco do Brasil, encarecendo providências no sentido de ser criada uma linha de crédito especial para atender usinas e destilarias do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, pleiteando a construção de um grupo escolar no Bairro Vila Nova, no Município de Fênix. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento da Rodovia Ponta Grossa-Irati, via Guaragi, Valinhos e Teixeira Soares, seja incluído no plano de obras rodoviárias do Paraná para os anos de 1984 e 1985. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando seja enviado telex aos Srs. Coordenadores das Bancadas do PMDB e PDS no Congresso Nacional, que adotem medidas adequadas visando, sustar a aplicação dos artigos 3.º e 4.º da Lei Federal n.º 6694, de 26 de maio de 1982. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando seja enviado telex ao Sr. Coordenador da Bancada do PMDB no Congresso Nacional, no sentido de apresentar projeto de lei revogando os artigos 3.º e 4.º da Lei Federal n.º 6994, de 26 de maio de 1982. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Coordenador do MOBIL no Paraná, visando a liberação de verba para a manutenção do mesmo, no Município de Peabiru. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, pleiteando a aquisição de uma viatura policial para a Delegacia de Polícia no Município de Boa Esperança. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, através da Secretaria de Finanças, visando estudos para a instalação de agências ou postos de serviços nos Bairros de Vila Nova, Jardim Leonor, Jardim Bandeirantes, Vila Casoni e conjuntos habitacionais da zona norte, bem como no Distrito de Tamarana, no Município de Londrina. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela fundação do "Jornal do Estado". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Roberto

Requião, Paulo Furiatti e Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo informações sobre a Usina Central do Paraná, junto ao BANESTADO. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo alocação de verba para a construção da rodovia asfáltica que liga os Municípios de Medianeira, Missal, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 120/81.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Para encaminhar, Vossa Excelência com a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente. Este projeto, conforme parecer da maioria da CCJ, é inconstitucional, por vários motivos. De qualquer forma, uma sugestão da Comissão de recebê-lo como sugestão a ser encaminhada ao Governador. A Bancada do PMDB, dessa forma, aceita e votará a favor do regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Em votação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 59/83, de sua autoria, que visa instituir o reajuste semestral de vencimentos para os funcionários públicos e estaduais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, com as sugestões apresentadas pela Associação das Indústrias Moageiras do Milho do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Diretora Presidente da FUNDEPAR, através da Secretaria da Educação, visando o fornecimento de material escolar e didático para serem doados aos alunos carentes do MOBIL do Município de Peabiru. — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Esta Presidência solicita e fará leitura novamente do requerimento que está sendo colocado na verificação de votação. É um requerimento de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, que requer encaminhamento de solicitação à Diretora Presidente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria de Educação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Vinte e dois Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para votação, mas, sim, para prosseguimento da sessão.

Mas, antes, esta Presidência quer informar também, que, posteriormente ao término desta sessão, haverá uma nova sessão, de acordo com solicitação das duas Lideranças.

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — (Declina).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 32/83.

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 149/82, e 18/83.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 12, 41 e 55/83.
Levanta-se a sessão.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 1983
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Francisco Escorsin e Gabriel Sampaio.

Às dezessete horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caito Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguído, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário

Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Fuariatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.
(É procedida a verificação de votação).

Oito Srs. Deputados aprovam, nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 21, à hora regimental, com a mesma ORDEM DO DIA, já anunciada em sessão anterior.

A Presidência comunica ainda que segunda-feira haverá uma Comissão Geral, onde estará presente o Senhor Governador do Estado e vários Secretários de Estado, às 14:30 horas.
Levanta-se a sessão.